

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A
CNPJ 76.506.302/0001-06 - NIRE 4130004787-1
AVISO AOS ACIONISTAS E
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 103 E
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 106

O Sr. Jacob Reicher Diretor Presidente da Companhia **LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023, às 11:00 horas, na sede da companhia na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Ratificar a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$10.530.920,67, pago aos acionistas em 24/06/2022, com os devidos descontos do IR fonte;
- 4) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 8) Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1) Deliberação acerca da alteração da atividade econômica principal da companhia, para "*Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira*" CNAE 16.29-3-01, com a exclusão das atividades econômicas não mais executadas pela companhia;

2) Deliberação pela Alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em suas unidades, com a seguinte proposta de redação do referido artigo:

Artigo 4º - O objeto social consiste a) *Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira*; b) *serraria com e sem desdobramento de madeira*; c) *produção florestal em florestas plantadas: no cultivo de pinus, eucalipto e outras espécies madeireiras, no cultivo de mudas em viveiros florestais e na extração de madeiras*; d) *produção florestal em florestas nativas: na extração de madeira, florestamento e reflorestamento*; e) *comércio atacadista de madeira e produtos derivados*; f) *atividades imobiliárias de imóveis próprios: na compra, venda e aluguel de imóveis*; g) *participação societária como acionista ou quotista em outras sociedades*. Parágrafo único: *A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: Filial Timbó, inscrita no CNPJ. 76.506.302/0010-99 com endereço na Rua São José, 1670, Município de Timbo Grande, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.545-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900176649 em 19/11/1984, a qual tem como atividade principal Serraria com Desdobramento de Madeira (CNAE- 16.10-2-01) e como atividade secundária Serraria sem Desdobramento de Madeira (CNAE- 16.10-2-02); Filial Coronel Domingos Soares inscrita no CNPJ. 76.506.302/0011-70 com endereço na Localidade Estrela de Cima, s/nº, Bairro Sede, Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP. 85.557-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900091421 em 17/07/1985, a qual tem como atividade principal a Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira (CNAE: 16.29-3-01) e como atividades secundárias: Serraria sem Desdobramento de Madeira (CNAE: 16.10-2-02); Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1-01); Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1-03); Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1-06); Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00).*

AVISO - A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Jacob Reicher - Diretor Presidente

COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A
CNPJ. 83.187.930/0001-23 - NIRE 413000695-4
AVISO AOS ACIONISTAS E
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 58 E
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 81

O Sr. Isac Chami Zugman Diretor Presidente da Companhia **COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023 às 10:00 horas, na sede da Companhia, Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 7) Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1) Deliberação acerca da exclusão das atividades econômicas secundárias não mais executadas pela companhia;

2) Deliberação pela Alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em suas unidades, com a seguinte proposta de redação do referido artigo: **Artigo 4º** - O objeto social consiste em: a) *Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada*; b) *Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais*; c) *Produção florestal em florestas plantadas: na extração de madeiras em florestas plantadas, no cultivo de pinus*; d) *Comércio atacadista de madeira e produtos derivados*; e) *Participação societária como acionista ou quotista em outras sociedades*. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais estatutárias. PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: a) **Filial São Paulo**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0012-86, com endereço na Rua Luigi Galvani, 42, Conjuntos 23 e 24, Bairro Cidade Moções, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 04.575-020, com Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 35903236094 em 14/08/1968, a qual tem como atividade principal a Escritório e Apoio Administrativo (CNAE-82.11-3-00); b) **Filial Canoinhas**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0013-67, com endereço na Av. Senador Ivo D' Aquino, 385, Bairro Parque Industrial I, Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.462-486, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900596451 em 25/04/1972, a qual tem como atividade principal a Fabricação de Esquadrias de Madeira e de Peças de Madeira para Instalações Industriais e Comerciais (CNAE: 16.22-6-02 e como atividades secundárias a Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07, Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1-03) e Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00); c) **Filial Timbó**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0014-48, com endereço na Rua São José, 870, Município de Timbo Grande, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.545-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900596460 em 25/04/1972, a qual tem como atividade principal a Fabricação de Madeira Laminada e de Chapas de Madeira Compensada, Prensada e Aglomerada (CNAE: 16.21-8-00) e como atividade secundária o Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00).

AVISO - A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Isac Chami Zugman - Diretor Presidente

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ. 78.231.701/0001-29 - NIRE 41300002304
AVISO AOS ACIONISTAS E
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 44 e
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 53

O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade **AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A**, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023, às 9:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 7) Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) Deliberação acerca da exclusão de atividade econômica secundária não mais executada pela companhia;

2) Deliberação para a Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em unidades da Companhia, com a seguinte proposta de redação do referido artigo: **Artigo 3º:** *A sociedade tem por objeto: PRODUÇÃO FLORESTAL em florestas plantadas, no cultivo de pinus e eucalipto, no cultivo de mudas em viveiros florestais e extração de madeiras; PRODUÇÃO FLORESTAL em florestas nativas, na Extração de Madeiras; ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, na compra, venda e aluguel de imóveis, inclusive aqueles adquiridos para revenda; Parágrafo Primeiro: A critério da Diretoria, a sociedade poderá: a) criar e instalar filiais, depósitos ou outras dependências em todo o território nacional respeitada a faixa de fronteira; b) incluir, excluir ou redistribuir atividades entre as filiais; c) encerrar filiais. Parágrafo Segundo: A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: Filial Canoinhas, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0004-71, com endereço na Av. Senador Ivo D' Aquino, s/nº, Bairro Parque Industrial I, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.460-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900150399 em 03/02/1983, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal, na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE-02.10-1-07); Filial Cacumbanguê, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0007-14, com endereço na Localidade Fazenda Cacumbanguê, s/nº, Bairro Fazenda Cacumbanguê, Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP. 85.557-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900104809 em 17/01/1986, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e como atividades secundárias, a Produção Florestal em Florestas Plantadas no Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1/03), no Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1/01) e no Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1/06); Filial Capivary, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0009-86, com endereço na Rodovia BR 116 KM 61, s/nº, Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, CEP. 83.430-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900264458 em 08/04/1988, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e como atividades secundárias, a Produção Florestal em Florestas Plantadas no Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1/03), no Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1/01), no Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1/06); na Produção Florestal em Florestas Nativas e Extração de Madeiras Florestas Nativas (CNAE: 02.20-9/01); Filial Manaus, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0010-10, com endereço na Rua 14, nº 26, Bairro Parque 10 de Novembro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, CEP. 69.055-060, com Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 13900058651 em 05/10/1988, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal em Florestas Nativas, na Extração de Madeiras (CNAE: 02.20-9/01).*

3) Deliberação acerca do Fundo de Reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/ Quotistas das empresas que integram o Grupo Zugman

AVISO - A administração comunica aos Senhores (as) Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Júlio Zugman - Diretor Presidente.

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 28/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8E7B-5EE9-C405-EC7F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8E7B-5EE9-C405-EC7F



Hash do Documento

A72759010698EE843FC7A3BE40B24E9E2FA2D2F808A556C4E091425A503F96D4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 28/03/2023 11:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



MOAGEIRA IRATI CEREAIS S/A.

CNPJ 22.563.457/0001-47 – Irati – Paraná

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores acionistas: em cumprimento as disposições legais e estatutárias que regem nossa sociedade, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2022, comparativas com as de 2021. Ao final consignamos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, funcionários e colaboradores pelo apoio a Companhia no ano que passou.

Irati 27 de Março de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	16.377	3.989		
Contas a Receber de Clientes	05	3.619	11.649		
Estoques	06	60.593	74.749		
Impostos a Recuperar	07	6.020	4.973		
Impostos Diferidos	08	470	2.893		
Derivativos Financeiros	09	1.418	21.073		
Outros Créditos	10	15	11		
Despesas do Exercício Seguinte		38	59		
Total do Ativo Circulante		88.550	119.396		
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos Judiciais	18-b	641	641		
Impostos a Recuperar	07	10	-		
Impostos Diferidos	08	-	2.467		
Total do Realizável a Longo Prazo		651	3.108		
Imobilizável	11	30.755	31.249		
Intangível	12	-	17		
Total do Ativo Não Circulante		31.406	34.274		
TOTAL DO ATIVO		119.956	153.770		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	24.838	34.780		
Empréstimos e Financiamentos	14	34.468	52.159		
Obrigações Sociais	15	613	453		
Obrigações Tributárias	16	41	136		
Impostos Diferidos	08	530	7.168		
Dividendos Provisionados	19-b	1.515	-		
Derivativos Financeiros	09	1.031	7.228		
Originação a Fixar	17	8.719	7.940		
Adiantamentos		4	282		
Total do Passivo Circulante		71.759	110.146		
NÃO CIRCULANTE					
Impostos Diferidos	08	2.867	2.443		
Total do Passivo Não Circulante		2.867	2.443		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	19	34.763	34.763		
Reservas Legal		1.177	544		
Lucros à Disposição da Assembleia		9.390	5.874		
Total do Patrimônio Líquido		45.330	41.181		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.956	153.770		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS ENCERRADOS (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Lucros ou Prejuízos do Exercício	Patrimônio Líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	34.763	311	5.330	-	40.404
Resultado do Exercício	-	-	-	4.504	4.504
Constituição da Reserva Legal	-	233	-	(233)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(1.109)	(1.109)
Dividendos Adicionais	-	-	-	708	708
Reversão de Dividendos Não Distribuídos	-	-	-	(3.326)	(3.326)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	544	(544)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	34.763	544	5.874	-	41.181
Resultado do Exercício até 31/03	-	-	-	5.249	5.249
Constituição da Reserva Legal até 31/03	-	314	-	(314)	-
Dividendos Obrigatórios até 31/03	-	-	-	(1.491)	(1.491)
Dividendos Adicionais até 31/03	-	-	-	(4.474)	(4.474)
Resultado do Exercício de 01/04 até 31/12	-	-	-	6.381	6.381
Constituição da Reserva Legal de 01/04 até 31/12	-	319	-	(319)	-
Dividendos Obrigatórios de 01/04 até 31/12	-	-	-	(1.516)	(1.516)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	3.516	(3.516)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	34.763	1.177	9.390	-	45.330

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Moageira Irati S.A. é uma companhia por ações, de capital fechado, cujos atos constituintes datados de 01/06/2015 estão arquivados na Jucepar sob nº 4.130.009.410-1. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 22.563.457/0001-47. Encontra-se sediada na cidade de Irati/PR, Rodovia BR 277, Km 238, s/n, Nhapindazal, CEP 84.500-000.

A Moageira Irati Cereais S.A. tem como objeto a atividade de comércio atacadista e varejista de produtos "in natura" com atividades de fracionamento e acondicionamento, produção de sementes de cereais certificados, atividades de pós-colheita, serviços de representação de cereais e armazéns gerais. A Companhia tem unidades nas cidades de Irati/PR, Ipiranga/PR e Itaboraí/SP.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de março de 2023.

NOTA 02 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09 - NBC TG 1.000 (R1).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a entidade ultrapassou os limites para enquadramento nas políticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1), estando obrigada a partir do próximo exercício a aplicação integral das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) - IFRS Full.

Em 15 de janeiro de 2016, a Companhia alterou o seu exercício social para 1º de abril a 31 de março. Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia alterou novamente o seu exercício social, passando a ser de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 contemplam 12 meses de operações, correspondendo aos períodos de janeiro de 2022 a dezembro de 2022 e janeiro de 2021 a dezembro de 2021, respectivamente.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes
No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas
Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflète a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira
Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Instrumentos Financeiros
A companhia classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

(a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
(b) Instrumentos de dívida;

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.5 Instrumentos Financeiros Derivativos
A Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco do preço do trigo. Os instrumentos financeiros derivativos são apurados por sua marcação ao valor de mercado, correspondente a seu valor justo, e suas variações são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

3.7 Contas a Receber de Clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.8 Estoques
Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ou valor de custo que o produtor envia a companhia para posterior definição do valor (estoques a fixar). O custo das mercadorias para revenda compreende o valor da mercadoria líquido dos impostos recuperáveis e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para revenda.

3.9 Imobilizado
Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e estar em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração, e líquido dos impostos recuperáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Intangível
Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil.

3.11 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros
Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização dos ativos imobilizado e intangível, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando o efeito for relevante.

3.13 Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Transações com Partes Relacionadas
As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes, levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas relacionadas como um todo e em condições semelhantes àsquelas realizadas com terceiros não relacionadas. Nenhum dos saldos possui garantias reais ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social
Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro, com base no lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo e/ou no passivo decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.16 Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.17 Apuração do Resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento da Receita de Vendas
A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando:

(i) Foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos;

(ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e,

(iii) É provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a Companhia.

3.19 Dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis
A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como, a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,

c) Valor recuperável dos estoques, imobilizados e intangíveis; e,

d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	7	171
Banco Conta Movimento	75	171
Aplicações Financeiras (I)	16.295	3.817
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	16.377	3.989

(I) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Moeda	Liquidez	2022	2021
Banco do Brasil	CDB	R\$ - Reais	Imediata	16.291	3.814
Sicredi	Fundo de Investimento	R\$ - Reais	Imediata	4	3
Sicredi	CDI	R\$ - Reais	Imediata	16.295	3.817

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2022	2021
Contas a Receber de Clientes	2.959	10.552
Contas a Receber de Partes Relacionadas	677	1.114
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17)	(17)
Total das Contas a Receber	3.619	11.649

Aging List Contas a Receber

	2022	2021
A vencer.	2.836	10.383
Vencidos em até 30 dias.	382	1.142
Vencidos entre 31 e 90 dias.	241	57
Vencidos entre 91 e 180 dias.	160	67
Vencidos há mais de 181 dias.	17	(17)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17)	(17)
Total das Contas a Receber	3.619	11.649

Contas a Receber por Tipo de Moeda

	2022	2021
Reais	3.619	11.649
Total das Contas a Receber	3.619	11.649

NOTA 06 – ESTOQUES

	2022	2021
Trigo	53.964	70.626
Trigo/Inho	148	443
Tricalite	-	8
Embalagens	161	322
Lenha	145	31
Adiantamentos a Fornecedores (I)	6.175	3.319
Total dos Estoques	60.593	74.749

(I) Adiantamentos a Fornecedores (Estoques)

	2022	2021
Adiantamento Intercompra - Gavilón	2.624	1.170
Frisia Cooperativa Agroindustrial	3.551	1.170
Cooperativa Agrícola Água Santa Ltda	-	2.149
Total dos Adiantamentos	6.175	3.319

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
IRPJ a Recuperar	2.754	2.075
CSLL a Recuperar	60	87
IRRF s/Aplicação Financeira a Recuperar	89	54
PIS a Recuperar	174	317
COFINS a Recuperar	787	70
ICMS Ativo Fixo a Recuperar	1	8
ICMS a Recuperar	6.112	1.592
Total de Impostos a Recuperar Circulante	6.020	4.973

ICMS Ativo Fixo a Recuperar

	2022	2021
ICMS Ativo Fixo a Recuperar	10	-
Total de Impostos a Recuperar Não Circulante	10	-

Total de Impostos a Recuperar

	2022	2021
Total de Impostos a Recuperar	6.030	4.973

NOTA 08 – IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

	2022	2021
Base de Cálculo dos Impostos Diferidos - Ativo	1.031	2.228
Derivativos	351	1.280
Provisões	141	10
Prejuízos Fiscais (*)	539	938
Total	1.382	15.786
IRPJ Diferido (25%)	346	3.941
CSLL Diferido (9%)	124	1.419
Total dos Impostos Diferidos - Ativo	470	5.360

Circulante

	2022	2021
Circulante	470	2.893
Não Circulante	-	2.467

Base de Cálculo dos Impostos Diferidos - Passivo

	2022	2021
Derivativos	1.418	21.073
Provisões	141	10
Depreciação	8.431	7.185
Total	9.990	28.268
IRPJ Diferido (25%)	2.498	7.067
CSLL Diferido (9%)	899	2.544
Total dos Impostos Diferidos - Passivo	3.397	9.611

Circulante

e estão registrados nos estoques da Companhia pelo valor de custo que o produtor envia para companhia.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**a) Contingências Judiciais**

A Companhia não possui contingências cuja possibilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável" ou "possível" pelos assessores jurídicos externos.

b) Depósitos Judiciais

	2022	2021
Depósitos Judiciais Fiscais	641	641
Total dos Depósitos Judiciais	641	641

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social integralizado pertencente a acionistas domiciliados no País é de R\$ 34.762.650 formado de 34.762.500 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas com direito a voto.

b) Distribuição de Dividendos e Reserva Legal

A política de distribuição de dividendos está estabelecida no Estatuto Social, sendo de 25% no mínimo do lucro líquido, após a constituição da Reserva Legal, salvo deliberação em contrário pela totalidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Revenha de Mercadorias	337.400	193.851
Prestação de Serviços	4.521	6.439
Total Receita Bruta de Vendas	341.921	200.290
(-) Devoluções de Vendas	(7.699)	(3.092)
(-) Impostos sobre Vendas	(736)	(3.092)
Total de Deduções e Impostos	(8.435)	(4.582)

Receita Operacional Líquida 333.486 195.708

NOTA 21 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	2022	2021
Custos de Matéria Prima	(276.122)	(181.123)
Custos diretos com serviços	(4.531)	(3.376)
Custos indiretos com serviços	(4.067)	(4.534)
Serviços de Beneficiamento	(129)	(1.213)
Serviços de Armazenagem	(1.574)	(595)
Ganho/Perdas Contratos	765	(765)
Total dos Custos	(285.658)	(191.608)

NOTA 22 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Despesas com Pessoal	(961)	(989)
Encargos Sociais	(618)	(626)
Manutenção	(2)	(16)
Locação	(11)	(29)

	(530)	(615)
Serviços de Terceiros	(526)	(427)
Utilidades e Serviços	(39)	(64)
Impostos e Taxas	(2.687)	(2.766)

NOTA 23 – DESPESAS COMERCIAIS

	2022	2021
Manutenção	(107)	(89)
Serviços de corretagem	(101)	(125)
Fretes Sobre Vendas de Mercadorias	(8.176)	(2.331)
Outras despesas comerciais	(17)	(13)
Total das Despesas Comerciais	(8.391)	(2.548)

NOTA 24 – RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	1	19
Descontos Obtidos	219	169
Receitas de Aplicações Financeiras	484	173
Correção Taxa Selic	72	54
Total Receitas Financeiras	776	415

Despesas Financeiras

Despesas Bancárias	(10)	(4)
Descontos Concedidos	(111)	(354)
Juros Pagos	(33)	(12)
Perda no Recebimento s/ Créditos	-	(14)
IOF	(251)	(179)
Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	(6.297)	(1.215)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17)	(17)
Total Despesas Financeiras	(6.702)	(1.795)
Resultado Financeiro Líquido	(5.926)	(1.380)

NOTA 25 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os bens da Companhia estão seguros conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Valor Cobertura R\$	Vigência
Seguro Compreensivo	Riscos Operacionais / Empregador	18.527.000	De 07/04/2022 à 01/04/2023
Seguro Compreensivo	Riscos de Administradores e Diretores - Riscos Ambientais - Riscos Profissionais	7.000.000	De 01/04/2022 à 01/04/2023
Seguro Compreensivo	Responsabilidade Civil	5.500.000	De 01/04/2023 à 01/04/2023

As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas
MOAGEIRA IRATI CEREAIS S.A.
Irati - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MOAGEIRA IRATI CEREAIS S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MOAGEIRA IRATI CEREAIS S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A companhia alterou seu exercício social passando a ser de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações contábeis de 1º de abril a 31 de março de 2022, foram auditadas por nós conforme parecer emitido em 21 de junho de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 14 de março de 2023.

Martinelli
AUDITORES

FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6
MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª A 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE www.diarioinduscom.com.br

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL publegal@induscom.com.br

DIÁRIO INDÚSTRIA&COMÉRCIO



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0D3E-C26B-76DB-FB8B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0D3E-C26B-76DB-FB8B



Hash do Documento

7726827F0F8BE4A5931051D892BC5D1D871751454426B8B43E3501EBF092F030

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 28/03/2023 10:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

